

Taira

Numéro 10

Revue
du Centre de recherche et
d'études lusophones et intertropicales

Spécial commémoration du
V^e centenaire du Voyage de Vasco de Gama



Publié avec le soutien de la
Commission nationale pour les commémorations
des Découvertes portugaises

CRELIT – 1998/1999
Université Stendhal-Grenoble 3

Revue *Taira*

Directeur de la publication : Bernard Emery

CRELIT

Centre de recherche et d'études lusophones et intertropicales

COMITÉ DE LECTURE

Cristina Álvares – Université de Braga (Portugal)

Jacqueline Bernard – Université de Grenoble 3

Maria Graciete Besse – Université de Bordeaux

Pierre Blasco – Université de Paris 4-Sorbonne

Luiz Busato – Université de Grenoble 3

Maria Teresa de Freitas – Université de São Paulo (Brésil)

Claude Guméry-Emery – Université de Grenoble 3

Telénia Hill – Université de Rio de Janeiro (Brésil)

Sébastien Joachim – Université de Recife (Brésil) et de Montréal (Canada)

Richard Preto-Rodas – Université de Tampa (Floride/Etats-Unis)

Luciana Stegagno-Picchio – Université de Rome (Italie)

Marianne Wiesebron – Université de Leyde (Pays-Bas)

Couverture: Illustration de Josette Carmona
sur un dessin de Moacyr Andrade

« *Claramente se mostra ser falso
o que escreveram* »
A dupla “aletheia” dos Descobrimentos

Ewa Łukaszyk

Qualquer descobrir é, antes de mais, uma experiência gnóstica. Qualquer acto de descobrir, antes de mais, destrói um sistema de crenças, imagens e conhecimentos. Deita, ao mesmo tempo, os alicerces dum novo crer, novo saber e novo imaginar.

O processo histórico denominado sumariamente de *Descobrimentos portugueses*, por muito lento que fora, não podia não conter um tal momento de científica apostasia. Fora inevitável que se deitasse abaixo uma laboriosa construção de conhecimentos herdados, porque estes não se podiam adequar com as notícias trazidas pelas naus.

O homem dos Descobrimentos devia hesitar entre duas mundividências das quais cada dispunha duma argumentação válida ao seu favor. A mundividência antiga derivava da lição dos gregos, digerida, aceite e « cristianizada » durante o milénio que durou a Idade Média. A nova mundividência interrogava o sagrado e o tradicional. Devia, por isso, causar um grande desconforto, mas tirava a sua força da evidência dos factos.

A verdade do visto e do verificado ao longo das viagens marítimas era predestinada a triunfar sobre as ruínas do *saber herdado*. Sabemo-lo hoje. Mas os intelectuais do século XV português não tinham as nossas certezas. Por que razão deveriam acreditar nos testemunhos dos mareantes e não nos escritos de geógrafos que eram as « autoridades », ao lado dos filósofos gregos e grandes teólogos da Igreja Católica?

Os Descobrimentos duraram várias décadas e os portugueses puderam mais duma vez verificar a fraqueza do *saber herdado*. Houve dois grandes momentos em que caíram as crenças antigas : o momento de dobrar o Cabo Bojador e o de chegar às sonhadas Índias. Bojador marcou o fim duma superstição que frenou durante doze anos o progresso de exploração da costa africana. Comenta Zurara :

«Nom era com mingua de forteleza nem de boa vontade, mas por a novidade do caso, misturado com geral e antiga fama, a qual ficava já entre os mareantes de Espanha, quasi por sucessão de gerações. E já seja que fosse enganosa, porque a experiencia disto ameaçava com o postumeiro dano, era grande duvida qual seria o primeiro que quisesse poer sua vida em semelhante aventura»¹.

A viagem de Vasco da Gama, que trouxe a indiscutível certeza da possibilidade de chegada às Índias por via marítima, negou uma sabedoria de maior peso do que a tradição oral. Pôs em dúvida o saber livresco da Antiguidade e da Idade Média. Desta vez, os novos conhecimentos tiveram de concorrer quase em pé de igualdade com os antigos.

Aceitar ou renegar um facto não dizia respeito apenas à geografia. Era uma escolha ideológica, mesmo quando a armada de Vasco da Gama trouxe as certezas retumbantes. E por isso, numerosos textos próximos do fim do século XIVe do momento crucial da chegada às Índias surpreendem com o seu dinamismo polémico. Os textos posteriores, nascidos no decorrer do século XV, parecem, pelo contrário, reflectir uma postura mais conciliadora. Esta característica também não deixa de surpreender, porque aparece numa época em que as teses dos escritores anteriores aos Descobrimentos já foram revistas repetidas vezes e, substituídas pela massa dos dados novamente adquiridos, podiam ter caído em esquecimento.

O primeiro momento, o da polémica, foi também o momento de exaltação da glória do *fazer descobrir*. O segundo dos momentos acima esboçados tomou as características dum desinteresse régio pelo esforço de conhecer. Este desinteresse foi dado a sentir dolorosamente ao grande Camões, que, vindo tarde, apenas recebeu o galardão dos seus tristes 15 000 réis anuais. A viragem que se deu após o fim dos reinados de D. João II e D. Manuel poderia ser encarada como uma consequência natural das contradicções e dos percalços na procura da Certeza.

Para os homens da charneira dos séculos XV e XVI, o visto e o experimentado não devia ser necessariamente o sinónimo da Verdade. O método cartesiano ainda não tinha nascido. Tinha já nascido, este sim, o idealismo neoplatónico.

Uma das coordenadas principais de toda a cultura europeia, o idealismo, brota duma alegoria inserida na *República*, através da qual Platão enuncia a sua visão do homem desejoso de ascender a um *saber*. Para Platão, o homem é apenas um desgraçado prisioneiro imobilizado

1. Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica de Guiné*, Introdução, notas, novas considerações e glossário de José de Bragança, Porto, Livraria Civilização, 1973, p. 49.

na parede duma cave. Todo o seu saber reduz-se ao conhecimento de sombras dos objetos e pessoas do mundo «verdadeiro». Na *República* existe, porém, um mundo mais real do que a própria realidade em que o homem actua. Eis o mundo das *ideias*. O nosso mundo é apenas um eco, imperfeito e distorcido, daquele universo superior, perfeito, o único completo.

O cristianismo adopta com facilidade a mundividência platónica, atribuindo o espaço ideal a Deus, esta personificada fonte da criação e da graça cujos reflexos chegam até ao nosso mundo, feito de sombras e de enganar diabólicos.

Esta visão perpendicular do Universo pressupõe que só é possível o movimento descendente : do perfeito ao imperfeito. Deus não só constitui a única fonte de graça redentória, mas também a única fonte do saber, que irradia, através da palavra divina, até ao homem. Nesta óptica, o espírito humano pode ser esclarecido pela revelação da parte de Deus, que constitui uma espécie de monopólio gnóstico.

É fácil chegar à conclusão de que, em tais circunstâncias, todo o saber nascido da experiência e do contacto sensorial com a realidade é desprovido do valor de certeza. Todo o empirismo alcança apenas as *sombras*, aumentando a desorientação espiritual do homem e afastando-o da verdade divina. O saber experimental torna-se facilmente um anti-saber.

No extremo oposto, aparece a postura intelectual enraizada no conceito aristotélico da verdade compreendida como uma *relação lógica* : a de não-contradição entre o juízo pronunciado e o estado *real* das coisas, sensorialmente verificável². Nesta óptica, a experiência directa torna-se a garantia suprema da verdade. Em 1563, Garcia de Orta nos *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* explicita este ponto

2. Luis Filipe Barreto, em *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber*, Lisboa, Gradiva-Publicações, Lda, 1987, p. 95-96, sublinha o papel do pensamento de estirpe aristotélica no decorrer dos Descobrimentos : «A sabedoria do mar, que forma o terreno mais profundo do pensamento científico-filosófico do Renascimento português, é um conjunto balizado, no essencial, pelo modelo organicista-aristotélico. Mesmo o racionalismo mais radical do século XVI mostra a sua constante filiação aristotélica : «Ciência não é outra coisa senão um conhecimento habituado no entendimento : o qual se adquiriu por demonstração, e demonstração é aquele discurso que nos faz saber » (Pedro Nunes) [...]. É principalmente a partir da *Metafísica* e *Da Alma* que se desenvolve esta cientificidade renascentista, mas este enraizamento na teoria aristotélica da ciência, para utilizarmos os termos de Gaston Granger, desencadeia todo um conflito sobre os modos de realizar um saber objectivo verdadeiro, toda uma produção em torno do problema do conhecimento. O dominante aristotelismo naturalista do Renascimento funciona na cultura dos Descobrimentos portugueses como um dinamismo de mais e melhor saber. O significado e a importância do dinamismo científico-filosófico da sabedoria do mar assenta na oposição concorrencial de diferentes programas para as mesmas disciplinas e problemas. A *controvérsia* alimenta e desenvolve o aparecimento deste conjunto de saber objectivo através de dicotomias fundadoras em torno de questões epistémicas fundamentais.»

de vista, acentuando-o como um manifesto da conceição de verdade que, ainda nessa altura, é sentida como nova e revolucionária : «Porque vi estas cousas, e vós as podeis ver se quizerdes, dou fee del-las»³.

Duarte Pacheco Pereira em *Esmeraldo de situ orbis*, sua obra de 1506 dedicada ao Rei D. Manuel, é um dos primeiros eruditos que procuram desmontar, servindo-se ainda do estilo e do modo de raciocinar medieval, o medieval modelo do mundo. *Esmeraldo*, sùmula dos conhecimentos geográficos, polemiza constantemente com os autores antigos. Até o próprio título da obra renascentista evoca o livro de Pompónio Mela, *De situ orbis*. O que Pacheco escreve é um constante vai-vem entre a mundividência antiga e o novo saber. Lá onde pode, o português baseia-se nos antigos tratados. Inicia a sua obra assim :

«Não devemos duvidar do que os filósofos e antigos sabedores disseram que este nome de mundo e de céu, [...]. E onde o sol nasce chamaram oriente ou nascimento; e onde se esconde ocidente ou escondido; e, por onde corre, meo dia, e dos partes contrarias setentriom»⁴,

o que não passa duma reformulação das informações básicas contidas na famosa obra de Pompónio. Mas a voz de Pereira no Cap. I do Quarto Livro, lá onde se fala da chegada dos portugueses às Índias, é surpreendentemente forte e decidida a censurar a desinformação causada pelos «nossos antigos antecessores» que

«escreveram delas tantas fábulas, por onde a todos pareceu impossibile que os indianos mares e terras do nosso ocidente se pudessem navegar»⁵.

Pacheco Pereira ataca a tradição evocando, um por um, os ilustres escritores que nela participaram. Note-se uma grande preocupação em indicar em cada autor a passagem que contém as informações erradas :

«Tolomeu escreve, na pintura de suas antigas tábuas de cosmografia, o mar Índico ser assi como uma alagoa, apartado, por muito espaço, do nosso mar oceano ocidental [...].

Pompónio Mela, no princípio do seu segundo livro e assi no meio do terceiro *De Situ Orbis*, e mestre João de Sacrobosco, Inglês, excelente autor, na arte de astronomia, no fim do terceiro capitulo de seu

3. Orta, Garcia da, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, vol. II, edição dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891-1895, p. 203.

4. Pereira, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de situ orbis*, Cap. I do Primeiro Livro, Introdução e anotações históricas por Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988, p. 16.

5. *Ibidem*, p. 195.

Tratado da Esphera, [...], ambos dis serem que as partes da equinocial eram inabitáveis pola muita grande quentura do Sol; donde parece que, segundo sua tenção, aquela tórrida zona por esta causa se não podia navegar, pois que a fortaleza do sol impedia não haver i habitação de gente; o que tudo isso é falso. Certamente temos muita e muita razão de nos espantar de tão excelentes homens, como estes foram, e assi Plínio e outros autores que isto mesmo afirmaram, cair em tamanho erro»⁶.

A infalível fonte de saber que permite a Pacheco Pereira formular esta tão categórica afirmação de que «tudo isso é falso» é a confiança na experiência – «madre das cousas» :

«Craramente se mostra ser falso o que escreveram; pois debaixo da mesma equinocial há tanta habitação de gente, quanta temos sabida e praticada.

E como quer que a experiência é madre das cousas, per ela soubemos radicalmente a verdade, porque o nosso César Manuel [...] mandou Vasco da Gama [...] a descobrir e saber aqueles mares e terras com que nos os Antigos punham tão grande medo e espanto. E indo, com muito trabalho achou o contrario do que os antigos escritores disseram»⁷.

Claramente, certamente, radicalmente são advérbios que constituem uma espécie de leitmotiv da obra de Pacheco, caracterizando o novo saber. Esta radicalidade, certeza e clareza nem sequer é, para ele, assunto susceptível de qualquer discussão. A experiência é erguida em valor absoluto, e a pluridade de excelentes autores não pesa nada contra ela. Pacheco é impiedoso. O facto de que tantos dizem o contrário implica que todos «[cairam] em tamanho erro».

O tom decidido das afirmações de Duarte Pacheco Pereira leva a crer que os intelectuais portugueses rapidamente conseguiram libertar-se das «auctoridades». No entanto, a questão do estatuto do saber herdado não parece ter encontrado uma tal solução radical e definitiva. Ptolemeu ainda é um autor de referência cem anos depois da chegada de Vasco da Gama às Índias. Na *Década Quinta* que Diogo Couto, continuador da obra de João de Barros, teria acabado em 1597⁸, a obra de Ptolemeu não é, pelos vistos, sentida como anacrónica pelo historiador português. Escreve ele :

6. *Ibidem*, p. 195-196.

7. *Ibidem*, p. 196-197.

8. Diogo do Couto foi o continuador das *Décadas da Ásia* desde 1595, ano em que o rei Filipe I lhe ordenou para que *vos animeis para continuardes esta obra dos feitos dessas partes [do Oriente] des do dia que os acabou d'escrever João de Barros*. Apud António Baião, «Introdução», in : COUTO, Diogo do, *Décadas*, vol. I, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1947, p. CI.

«Estão estas Ilhas do Japão, além de tôda a India, opostas áquela Provincia, a que Ptholemeo chama *Cinarum Regio*»⁹;

Esta incisão poderia não passar dum mero exercício retórico, duma prova de erudição do autor, se a relação de Diogo do Couto não contivesse outras passagens em que as obras anteriores aos Descobrimentos funcionam como pontos de referência. Um trecho proveniente da *Quinta Década* deixa supor que o *saber herdado* ainda era levado muito a sério pelos navegantes por volta de 1542, data em que os portugueses, devido a um tufão, chegaram à costa japonesa. Escreve o historiador :

«A êstes homens se deve a glória dêste descubrimto, posto que Marco Polo Veneto tinha dado a conhecer estas Ilhas muito primeiro, chamando-lhes Zipango, de quem escreveo, por ruins informações, estando no Cathaio, algumas cousas, que nos fizeram algum tempo duvidar, se eram estas Ilhas Zipango; porque diz no Itenerário que fez, que Zipango era uma Ilha no Oriente, apartada da terra de Mangi em mar alto mil e quinhentas milhas, que são mais de quatrocentas léguas; e que tinham ouro em tanta quantidade, que os Paços do Rei eram cubertos com grandes pastas dêle; e que os idolos eram de diversas feições, com testas de boi, outros de cão, e outros de outras alimarias, [...], que comiam carne humana os naturaes de Zipango.

Estas cousas nos fizeram já duvidar falar de Japão, porque estas Ilhas não eram afastadas da terra firme de Mangi, mais que trinta até quarenta léguas; ouro não há nenhum, senão o que lhe levam da China. Nos idolos também varia, e muito mais no comer da carne humana, cousa, que se não achou nunca em alguma das Ilhas do Japão, por onde não há dúvida nascer êste erro das ruins informações que lhe deram»¹⁰.

A postura de Diogo do Couto perante a relação de Marco Polo parece tão moderada como a dos escritores do início do século. A obra do viajante veneto não é rejeitada na íntegra. É até sumariamente discutida a questão a quem se deve a glória de «dar a conhecer» as Ilhas, a Marco Polo ou aos portugueses. Nota-se um particular cuidado e uma boa vontade em comparar os dados e corrigir os erros, vê-se uma diferença na postura perante a responsabilidade do autor criticado : este não caiu «em tamanho erro», apenas aconteceu que os seus informadores deram-lhe «ruins informações».

9. *Ibidem*, Quinta Década, Livro Oitavo, Capítulo XII; p. 31 da edição citada.

10. *Ibidem*; p. 29-30 da edição citada.

Esmeraldo de situ orbis foi pensado como um tratado científico. Tudo nele se coaduna para formar o monólito duma argumentação que se pretende irrefutável. Mas a propaganda do novo saber adopta também outras modalidades de escrita. *Miscelânea* de Garcia de Resende pertence a um outro contexto social, o do divertimento da opulente corte manuelina; o seu propósito é o horaciano *placere et docere*, ou seja, informar agradavelmente, proporcionando ao leitor uma «variedade de histórias, costumes, casos e cousas que em seu tempo accontesceram». Mas a «variedade» é aqui muito mais do que um sinónimo de mero divertimento. Resende informa abundantemente, colocando ao mesmo nível a evocação dos acontecimentos europeus e as novidades do ultramar, as referências à invenção da imprensa, ao desenvolvimento da música e de artes plásticas e os costumes dos povos africanos e asiáticos. E, além de informar, molda as opiniões.

O autor, desde novo recolhido no paço, chega a ser confidente do rei D. João II. Cortesão de D. Manuel, participa no clima particularmente animado da sua corte. Resende-humanista distingue-se pela aguda consciência de mudança de que é espectador. Não se trata apenas do alargamento do horizonte geográfico, mas sobretudo da *mudança da qualidade do saber humano* :

«O outro mundo encuberto
viimos entam descobrir
que se tinha por incerto
pasma homem de ouvir
ho que sabe muito certo»¹¹.

Miscelânea veicula já não uma crítica impiedosa dos que permanecem fiéis às velhas autoridades e à velha mundividência, mas sim um ligeiro tom de compaixão pelas fraquezas da «natureza» humana, inerte e pouco dada a evoluir :

«[...] a natureza he tal,
que poucos querem ouvir
nem aprender, nem saber
cousas certas, nem verdades»¹².

Resende contrapõe os dois critérios de veracidade : o escolástico, de «auctoridade dos escriptores», e o novo, baseado no facto de que «alguns viiram», sugerindo delicadamente a superioridade deste último. Na engenhosa argumentação de Resende, a superioridade do

11. Resende, Garcia de, «Miscellanea», in : *Livro das Obras de Garcia de Resende*, ed. crítica de Evelina Verdelho, Lisboa, Serviço de Educação – Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 547.

12. *Ibidem*, p. 538.

novo saber baseia-se não só no pressuposto de que a verdade vale mais do que a mentira, mas antes no princípio de maior prazer. Quem abandonar os tratados antigos e der ouvidos às frescas notícias do ultramar, há-de «folgar» mais :

« e pois muitos gostam veer
libros, fabulas antiguas
a que por auctoridade
dos escriptores dam fee
muito mais devem folgar
de leer estas, que tam certo
todos sabem e alguns viiram »¹³.

O verbo *ver* preenche em *Miscelânea* uma função especial. Serve de fórmula inicial que se repete ao princípio de várias estrofes. Neste *vii-mos* anaforicamente repetido combinam dois elementos semânticos : o plural de *nós* e o significado do próprio verbo *ver*. Resende apela ao saber conquistado pela comunidade inteira, e integra, solidária com os poucos seus representantes que realmente «viiram». Este *ver* de alguns permite que «todos [saibam] tam certo». Os testemunhas oculares são novas autoridades, destinados a funcionar socialmente como tais.

A preocupação de ordem científica não estava ausente na ideologia da expansão desde o seu início. Gomes Eanes de Zurara apontara as cinco razões que levaram o Infante D. Henrique a promover as viagens marítimas. A primeira das razões é a seguinte :

[D. Henrique,] «depois da tomada de Ceuta sempre trouxe continuamente navios armados contra os infieis; e porque ele tinha *vontade de saber* a terra que ia a alem das ilhas de Canaria, e de um cabo que se chama do Bojador, porque até áquele tempo, nem por escritura nem por memoria de nenhuns homens, nunca foi sabido determinadamente a qualidade da terra que ia a alem do dicto cabo.

[...]

E porque o dicto senhor quis disto saber a verdade, parecendo-lhe que se ele ou algum outro senhor se não trabalhasse de o saber, nenhuns mareantes nem mercadores nunca se disso intrometeriam, porque claro está que nunca nenhuns daquestes se trabalham de navegar senão para donde checidamente esperam proveito; e vendo outrossim como nenhum outro principe se trabalhava disto, mandou ele contra aquelas partes seus navios, por haver de tudo

13. *Ibidem*, p. 538.

manifesta certidão, movendo-se a isso pelo serviço de Deus e del-Rei D. Eduarte» ¹⁴. [sublinhado nosso]

Já na altura, o Infante D. Henrique tem consciência de que a busca do saber não pode depender das actividades mercantis e que não é compatível com a esperança de lucro imediato. No entanto, só por volta de 1490, e talvez até em parte graças à criatividade pessoal de Angelo Poliziano, o «fazer descobrir» passou a ser considerado como mais uma gloriosa obrigação régia.

Entretanto a ideia do «serviço de Deus», que Zurara já sublinhara, evoluiu consideravelmente. O monarca, na véspera do Renascimento, prefere ser considerado como um colaborador de Deus na obra da criação. Surge a ideia de que o acto da descoberta é uma «segunda criação», ideia que o humanista italiano evocará numa carta ao rei D. João II :

«Pois que outra coisa nos fizeste, ó rei, senão descobrir outras terras, outro mar, outros mundos, [...], antes tirá-los das trevas eternas e, quasi direi, do velho caos, e trazê-los de novo à luz deste universo?» ¹⁵

Notemos que, antes do reinado de D. João II, a tal obrigação de promover as viagens marítimas não incumbia, de modo algum ao rei. Ocupava-se delas o Infante D. Henrique durante os reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V. Após a morte do Navegador, a iniciativa de explorar a costa africana foi posta nas mãos privadas do mercador Fernão Gomes. Em 1474, ao findar o período de arrendamento concedido a esse último, foi de novo o infante, futuro rei D. João II, quem assumiu a direcção da política atlântica. Talvez ao interesse e ao empenho pessoal de D. João II se deva o facto que, durante o seu reinado e, em parte, o manuelino, o esforço de conhecer novas terras passou a fazer parte das actividades reais.

O modo de pensar de estirpe platónica, que é uma constante da cultura portuguesa, não desaparece na época dos Descobrimentos. Antes pelo contrário; deixa as marcas até nos relatos das viagens. Vamos encontrá-las na *Carta de Pêro Vaz Caminha*, de 1500, cuja posição perante a realidade é a de um homem forçado a movimentar-se numa «floresta de enganos». Ainda que Pêro pretende ser objectivo, descrever a realidade

14. Zurara, Gomes Eanes de, *op. cit.*, p. 43-44.

15. «Carta de Angelo Poliziano a João, Rei de Portugal», in : Figueiredo, Fidelino de, *A Épica portuguesa no século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, p. 101.

sem «alindar nem afeiar», para ele sempre existe o relativismo «daquilo que vi e me pareceu». Pêro não acredita na evidência dos factos tão firmamente como Garcia da Orta ou Duarte Pacheco Pereira. O visto não é para ele fonte do saber certo, claro e radical. Por detrás da descrição, o leitor vislumbra a incredulidade e ironia com que Pêro refere certos procedimentos de ordem experimental adoptados pelo Capitão frente aos indígenas. Enumera as «provas», procurando dar ao leitor uma impressão da futilidade destas tentativas de comunicar :

«Mostravam-lhes um papagaio [...] ; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia alí. Mostraram-lhes um carneiro : não fizeram caso. Mostraram-lhes uma galinha : quase tiveram medo dela [...]. Deram-lhes ali de comer : pão e peixe cozido [...] Trouxeram-lhes vinho numa taça ; mal lhe puseram a boca [...] Trouxeram-lhes água [...] Mal a tomaram na boca, que lavaram, e logo a lançavam fora »¹⁶.

A descrição da cena finda num comentário céptico de Pêro, que nos apresenta com uma rara franqueza esta constatação da impossibilidade de saber ao certo :

«Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos »¹⁷.

Pêro coloca a questão da interpretação dos dados recolhidos que não deixa nunca de ser fonte de dúvida. Mas cai no mesmo erro, talvez por causa dum certo oportunismo, quando atribui aos indígenas qualidades morais («inocência») ou predisposição a aceitar a fé cristã¹⁸.

O escrivão da armada de Cabral é também um humanista. Utiliza procedimentos retóricos, organiza o seu discurso segundo a forma epistolar clássica, com *salutatio*, *captatio benevolentiae*, *narratio*, *peditio*, *conclusio*. De acordo com o preceito horaciano, tenta *placere*, esforça-se por produzir um texto ligeiro, adequado ao gosto do leitor, embora o seu principal objectivo seja comunicar ao rei a notícia da descoberta duma nova terra. O *placere* de Pêro parece bastante frouxo. Não só se diz que as mulheres indígenas, sendo «bem feitas», andam completamente nuas. O tema reaparece ciclicamente ao longo da narração, acompanhado de mais ou menos engenhosos jogos de palavras que apontam para o carácter lúdico destas evocações :

«[...] suas vergonhas [eram] tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nen-

16. Caminha, Pêro Vaz de, *Carta*, ed. crítica de Jaime Cortesão, Lisboa, Portugalia Editora, s/d, p. 221.

17. *Ibidem*, p. 227-228.

18. Cf. *ibidem*, p. 225-255 e 257.

huma vergonha [...] era tão bem feita e tão redonda, e a sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra [...] fizera vergonha, por não terem a sua como ela, [...] moça com um menino [...] atado com um pano [...] de modo que apenas as perninhas lhe apareciam. Mas as pernas da mãe e o resto não tinham pano algum»¹⁹.

Mas o lúdico de Pêro Vaz de Caminha não é o lúdico de Resende. Aqui não vemos nenhuma tentativa de formar as opiniões. Há o *placere*, mas o *docere* se calhar falha por completo. Será que Pêro sente-se ele próprio bastante desorientado e, por isso, pouco predestinado a ensinar a quem quer que seja?

A estadia no Brasil parece um período de festas e danças, cuja descrição é rica em colorido : aves e «carapuças de penas», corpos tintos e as «vergonhas» das raparigas jovens... Tudo isso associa-se à uma certa faceta de humanismo com a sua crença na possibilidade do regresso aos primórdios paradisíacos da humanidade, à Idade Aurea. O Outro é encarado em função dos mitos e das crenças do Europeu. Este último dispõe duma visão do homem feita de dois momentos principais : o estado primitivo, perfeito, antes do pecado original v/s o estado deteriorado pelo pecado. O indígena enquadra-se nesta visão como Adão, um ser humano (ainda) inocente, que desconhece o pecado.

Tanto como a *Carta* de Pêro Vaz Caminha, a chamada *Relação do Piloto Anónimo* refere-se aos acontecimentos da viagem da descoberta (oficial?) do Brasil, embora a narração seja prolongada até ao fim da viagem que levou a armada de Cabral até às Índias. Mas desta vez estamos perante um texto muito mais sóbrio, sintético, seco, onde o lugar da retórica é muito restrito. O Piloto muito menos se preocupa com o deleite do leitor, desejando sobretudo informar.

Grande parte da *Relação* é construída com frases curtas onde os substantivos predominam, dando quase uma listagem dos elementos do real :

«a terra he muito abundante de árvores, e de ágoas, milho, inhame, e algodão; não vimos animal algum quadrúpede; o terreno é grande [...]; tem muito bom ar; os homens uzão de redes, e são grandes pescadores; [...]»²⁰

As descrições do Piloto Anónimo caracterizam-se pela tendência a analisar, desmontar a realidade, reduzindo cada um dos elementos novos a um elemento já conhecido. Vejamos esta breve descrição de um tubarão :

19. *Ibidem*, p. 231-232 e 239.

20. *Relação da Viagem da Armada chefiada por Pedro Álvares*, ed. crítica de Jaime Cortesão, Lisboa, Ed. Bertrand, 1922, p. 263.

«O peixe [...] podia ser do tamanho de hum tonel, mas mais comprido, e todo redondo, a sua cabeça era do feitio de um porco, os olhos pequenos, sem dentes, com as orelhas compridas; pela parte inferior do corpo tinha vários buracos, e a sua cauda era do tamanho de um braço, [...] a pele era da grossura de um dedo, e a sua carne gorda e branca como a de porco»²¹.

O desconhecido é assimilado ao conhecido, os novos elementos adequam-se com a experiência de todos os dias. O tamanho do peixe desconhecido não é nada mais do que o dum tonel, a sua cabeça não é a de um monstro, mas a de um porco, a cauda lembra o braço...

A visão do indígena na *Relação* obedece a um esquema que se repete, com variações, em vários relatos de viagens da época, e cujos ecos vamos ainda encontrar num texto tão distinto da *Relação* como *Miscelânea* de Garcia de Resende. Existem alguns pontos que se consideram distintivos para o conhecimento duma sociedade: tipo anatómico predominante; tipo de habitação; meios de sobrevivência, eventuais riquezas; regime social; estrutura da família, casamento, hábitos sexuais; religião e costumes funerários. O Piloto Anónimo descreve os povos encontrados na rota da Índia caracterizando-os, em poucas palavras, quanto a cada um dos aspectos enumerados. Outra vez o novo coaduna-se com o já sabido, o dado de cada nova descoberta encontra o seu lugar num esquema – num Cosmos do novo saber.

Resende, como o Piloto Anónimo, conhece os elementos distintivos que lhe permitem caracterizar os mais diversos povos do mundo. Existe para ele um denominador comum entre as mais variadas realidades:

«cousas [...] no casar
nos costumes, vidas, mortes
também nos mandos, poder,
em seus nojos e prazer
em reger e governar»²².

Em Resende, o mundo é uno, embora constituído por um mosaico de nações, costumes, acontecimentos. Da «miscelânea», ou mistura dos elementos, nasce uma totalidade, uma visão do mundo ao mesmo tempo unificada e relativizada. Nesta visão universal, a realidade humana, com toda a riqueza das suas manifestações, ocupa o lugar central. O homem, e não Deus, constitui o eixo deste universo. Até a própria cristandade aparece reduzida no tamanho, relativizada, ameaçada pelos poderes políticos que lhe são superiores.

21. *Ibidem*, p. 263.

22. Resende, Garcia de, *op. cit.*, p. 560.

Os dois primeiros textos, relatos da viagem de descoberta do Brasil, situam-se na linha da escrita-testemunho de quem participou directa, e pessoalmente, nas ocorrências duma viagem marítima. O terceiro texto pertence à cultura palaciana, nasce num ambiente áulico refrescado pelos ares recém-chegados da Itália. O seu autor não é testemunha ocular das descobertas. É alguém que opera a recolha, a compilação e a « digestão » poética dos dados da experiência alheia. Ao lado desta *summa* poética em que Garcia de Resende encerra o saber sobre o mundo existem ainda, como é óbvio, outras formas, outras modalidades da escrita erudita. Duarte Pacheco Pereira pratica uma delas. A finalidade é desmontar o saber ultrapassado, reconstruindo, à sua maneira, a síntese mundividencial, utilizando os dados novos. A absoluta necessidade duma visão panorâmica e a negação do valor duma descrição fragmentária da realidade lembra uma herança medieval que ainda persiste nesta época de transição da Idade Média para a Idade Moderna.

As descobertas geográficas, mas também uma série de invenções de ordem científica e técnica, como o telescópio de Galileu, provocam uma « revolução informativa » no sentido de proporcionarem à humanidade novas fontes de dados empíricos. Por outro lado, a imprensa permite a circulação mais rápida destes mesmos dados. A soma das informações levadas ao alcance de um indivíduo interessado aumenta consideravelmente, favorecendo o abandono do método escolástico baseado em raciocínios derivados das citações de « autoridades ». Garcia de Resende mostra-se sensível à importância da invenção de Gutenberg. Em *Miscelânea* elogia o aparecimento da

« letra de forma achada
com que a cada passada
crescem tantas livrarias
e ha sciencia he augmentada »²³;

As instituições que funcionavam, no plano social, como detentoras do saber – as universidades e a Igreja – ultrapassam uma profunda crise. Uma situação paradoxal emerge : um simples marinheiro, homem do povo, analfabeto, possui um saber superior ao livresco, um saber feito da experiência e do confronto directo com a realidade. As maiores « autoridades » medievais, como a obra de Ptolemeu, súpula dos conhecimentos geográficos, cedem o passo à avalanche de dados recolhidos « no terreno » através das viagens marítimas.

23. Resende, Garcia de, *op. cit.*, p. 570.

O princípio do século XVI em Portugal é um momento histórico de transição. A postura intelectual perante o mundo sofre transformações profundas. Os factos forçam os espíritos a mudar do modo de pensar. As réstias do pensamento medieval permanecem, o humanismo sobrepõe-se a elas. Várias tendências cruzam-se. O processo decorre de maneiras desvairadas em contextos sociais diferentes. No entanto, os indivíduos oriundos de várias camadas sociais desempenham papéis importantes na transformação. O processo é de certo modo democratizante; agora já não há um único grupo social responsável pela criação e pela transmissão do saber. Desde os marinheiros oriundos do povo até ao pessoal da corte, toda a sociedade se integra no empenho cognitivo. Daí a proliferação dos relatos de viagens, género paraliterário que corresponde não só às necessidades do governo, mas também ao interesse pessoal de indivíduos que formam grupos muito vastos dentro da sociedade portuguesa de Quinhentos.

Bibliografica activa

- /Anónimo/, *Relação da Viagem da Armada chefiada por Pedro Álvares*, edição de Jaime Cortesão, Lisboa, Ed. Bertrand, 1922.
- Caminha, Pêro Vaz, *Carta*, edição de Jaime Cortesão, Lisboa, Portugalia Editora, s/d.
- Couto, Diogo do, *Décadas*, selecção, prefácio e notas de António Baião, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1947.
- Orta, Garcia da, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, edição dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891-1895.
- Pereira, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de situ orbis*, Introdução e anotações históricas por Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988.
- Resende, Garcia de, «Miscellanea», [in] : *Livro das Obras de Garcia de Resende*, edição crítica, estudo textológico e linguístico de Evelina Verdelho, Lisboa, Serviço de Educação – Fundação Calouste Gulbenian, 1994.
- Zurara, Gomes Eanes de, *Crónica de Guiné*, Introdução, notas, novas considerações e glossário de José de Bragança, Porto, Livraria Civilização, 1973.

Bibliografica passiva

- Albuquerque, Luís de, « Sobre o empirismo científico em Portugal no século XVI » in : *A Sociedade e a Cultura de Coimbra no Renascimento*, Actas do Simpósio internacional, Coimbra, 1982, p. 9-25.

- Barreto, Luis Filipe, *Descobrimentos e Renascimento. Formas de Ser e Pensar nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, 1983.
- , *Caminhos de Saber no Renascimento Português. Estudos de História e Teoria de Cultura*, Lisboa 1986.
- , *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber. Uma análise sociocultural*, Lisboa 1987.
- Dias, J. S. Silva, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, Coimbra 1973.
- Duviols, Jean-Paul, *Les Livres de voyages de Colomb à Bougainville*, Paris 1986.
- Ricœur, Paul, *Être, Essence et Substance chez Platon et Aristote*, Paris 1957.

Table des matières

<i>Avant-propos</i> Bernard Emery, Directeur du CRELIT	7
<i>Fernão Mendes Pinto</i> José Jorge Letria	13
<i>Portugal, os mares e a saída econômica</i> Maria Rita Santos	15
<i>Quand la Croix vient après la bannière</i> René Duchac	23
<i>«Claramente se mostra ser falso o que escreveram » A dupla “aletheia” dos Descobrimentos</i> Ewa Łukaszyk	61
<i>Témoins confrontés. Les préjugés d'un marchand florentin</i> Guia Boni	77
<i>Les Portugais dans l'« Itinerario » de Ludovico de Varthema</i> Domenico Peruzzini	87
<i>Damião de Góis. A desdita de permanecer tolerante em tempos de fanatismo</i> Manuel Filipe Cruz Canaveira	101
<i>Reamanhecer</i> Stella Leonardos	111
<i>Non agere in otio. Les spectacles sur les navires portugais de la Route des Indes</i> Ugo Serani	113
<i>Les débris du rêve portugais en Asie du Sud-Est</i> Pierre Guisan	131
<i>Para um retrato mítico de Vasco da Gama</i> Isabel Vaz Ponce de Leão	143

<i>Raphael Hythlodæus, remarquable Portugais du XVI^e siècle</i> Paul Sawada	151
<i>Literatura da experiência vivida : a « Peregrinação » de Fernão Mendes Pinto e « Viaje del mundo » de Ordóñez de Ceballos</i> Luísa Trias Folch	159
<i>Os descobrimentos e o quinto império na obra de Fernando Pessoa</i> Ana Maria Binet	179
<i>Anti-Pessoa ou Homenagem ao Mesmo</i> José Carlos González	191
Recensão crítica	193
Résumés des articles	199
Sommaires précédents	213